

4 de nossa pauta. E para os demais itens que estamos suspendendo no momento. A eleição é domingo, mas temos a apuração, recursos, uma série de detalhes que é necessário que empreguemos todos os nossos esforços para que tudo saia de uma maneira transparente e eficaz. Poço a compreensão de todos. **Sra. Laisa** - Não entendi. Todos os outros pontos estão suspensos? Não temos agenda hoje para pelo menos apreciar mais um, a carta de crédito? **Sr. Aloísio** - Não. Porque eu quero fazer a apresentação do Item 5 que fala da eleição que é eminente, agora, no domingo, e fazer uma sensibilização para que todos participem do processo eleitoral. **Sra. Laisa** - Certo. Mas é que nossas reuniões têm tido um intervalo tão longo e fico me perguntando se não teria pelo menos como fazermos o Item 5 e o 2. **Sr. Aloísio** - Nosso intervalo é a cada dois meses. A extraordinária ocorreria antes da próxima ordinária. **Sra. Laisa** - Mas aí com todos esses pontos e mais os que virão ainda. **Sr. Aloísio** - Não. Só com esses pontos. A outra ordinária teria pontos novos. **Sra. Laisa** - E o PIU da área central? **Sr. Aloísio** - Na próxima reunião. **Sra. Laisa** - Tudo na próxima? **Sr. Aloísio** - Sim. Em uma extraordinária. **Sra. Laisa** - Não sei se daria tempo de discutirmos tudo. Então, na próxima, tem que haver uma gestão do tempo um pouquinho melhor para dar tempo de tudo. Senão, vamos ficar remarcando. **Sr. Aloísio** - Entendi. Rita, o seu tema irá consumir uma reunião inteira? **Sra. Rita** - O que vai ser apresentado aqui? Vai ser apresentado um diagnóstico da área central, um estudo bastante grande, que fizemos uma tentativa de condensar, mas de alguma forma ele é bastante extenso. Ele tem um estágio de desenvolvimento que é muito diferente do que Marcelo apresentou. Trata-se de um plano dos movimentos, das ações iniciais de elaboração desse projeto. Mas, mesmo assim, aqueles elementos que destacamos, eles já podem gerar discussões importantes no Conselho. Então, acho que de pelo menos igual duração da apresentação do Marcelo. E fico um pouco preocupada que encurtemos muito esse tempo de discussão pelas questões relevantes que o centro traz. **Sr. Aloísio** - Então, uma nova sugestão: duas extraordinárias antes da próxima ordinária. Uma só para o PIU Central, que irá consumir bastante nosso tempo e a outra extraordinária para se discutir o Item 2, da carta de crédito municipal, e do Item 4, Minha Casa Minha Vida – FDS/FAR. Ok? Os conselheiros concordam? O que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Item 5. Temos uma apresentação em slides. Vou falar de forma bem objetiva. Estamos organizando e iremos realizar nesse domingo, dia 27, a eleição do Conselho Municipal de Habitação, nesse pleito de 2018. Todas as informações estão inseridas no nosso hotsite, cmh.prefeitura.sp.gov.br. Foi organizada uma Comissão Eleitoral e ela fez apuração e verificação dos candidatos para compor essa Mesa, tanto do Poder Público, dos movimentos sociais de habitação, quanto dos órgãos da sociedade civil. Essas são as normas jurídicas que vão disciplinando a matéria. São as portarias que foram estabelecidas nomeando a Comissão Eleitoral. E aqui um breve resumo sobre todas as reuniões ordinárias e uma extraordinária realizadas referentes à organização desse pleito eleitoral, no período de 17 de novembro de 2017 a 17 de abril de 2018. Foram abertos editais para o chamamento das entidades interessadas. E eventuais dúvidas foram esclarecidas e todas as atas foram registradas e publicadas no Diário Oficial. Sobre o Edital nº 01/17, que traz no seu bojo as entidades deferidas e indeferidas no cadastramento das inscrições. Foram 95 entidades que encaminharam seus pedidos de inscrição, 15 para sub seguimentos de vagas destinadas à representação da sociedade civil e 80 vagas destinadas à representação de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional. Aqui são as entidades que manifestaram interesse em ter sua representação nas cadeiras do Conselho Municipal de Habitação, entidades da sociedade civil. O indeferimento do Centro de Estudos de Meio Ambiente e Integração Social. Aqui são as entidades que representam os movimentos populares, as que foram deferidas. Total de deferidas, 54. De todas as inscritas, 54 foram deferidas. Aqui são as entidades dos movimentos populares que foram indeferidas. Total de indeferimento, 26. Então, de todo aquele conjunto, 54 aprovadas e 26 indeferidas. As 54 entidades que tiveram o deferimento de suas inscrições foram organizadas em quatro chapas e essas chapas concorrem ao pleito. A primeira chapa, 110, conhecida como Moradia e Reforma Urbana. Essas são as entidades que compõem a Chapa 110. Chapa 120, conhecida como Democracia e Luta. Aqui as entidades que compõem a Chapa 120. Chapa 130, conhecida como Unidos pela Habitação. Essas são as entidades que compõem a Chapa 130. Chapa 140, conhecida como MOP – Movimento Popular 100% Compromisso. Essas são as entidades que compõem a Chapa 140. Agora, falando sobre a eleição propriamente dita e sua apuração e publicação de seus resultados. Como foi dito, a data do pleito será dia 27 de maio, domingo agora, das 9h às 17h, nas 32 praças de atendimento das prefeituras regionais. Existem algumas prefeituras regionais que disponibilizaram um auditório por uma questão de infraestrutura da praça de atendimento, mas será realizada nas 32 prefeituras regionais. Cada eleitor só poderá votar na zona eleitoral correspondente ao seu título. Por isso que naquele hotsite que foi indicado no primeiro slide, temos o nosso De/Para, onde o eleitor pode consultar a prefeitura regional da circunscrição de sua área eleitoral. Aqui a norma jurídica que começa a disciplinar o pleito eleitoral propriamente dito. É o Decreto nº 58.144/2018. Vale a pena ressaltar toda essa logística, todo o efetivo que a prefeitura está movimentando de servidores que irão trabalhar no dia da eleição. O dia da eleição será no dia 27 de maio, mas temos uma fase preparatória nos dias 25 e 26, providenciando toda a infraestrutura dos locais de votação. Vale ressaltar que serão 580 servidores disponibilizados pela Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, que trabalharão nas 32 prefeituras regionais e 270 servidores da Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB, em conjunto com a COHAB. A base eleitoral, os eleitores serão aqueles que têm sua inscrição eleitoral até o dia 29 de dezembro de 2017. Então, se o eleitor for consultar no site, o De/Para, e se ele mudou de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, é considerado o domicílio eleitoral cadastrado até o dia 29 de dezembro. É importante se atentar a esse item. Aqui sobre o voto eletrônico. Serão disponibilizados terminais eletrônicos, microcomputadores, nas 32 prefeituras regionais, que são os locais de votação, em que o eleitor fará o seu registro de forma eletrônica. Ocorrendo uma falta de energia, uma quebra de urna, estaremos preparados para o voto em cédula e também estará disponível o voto para pessoas com deficiência visual, em cédulas em Braille, dando maior acesso ao processo democrático. O mesário, após o eleitor ter exercido o seu direito a voto, oferecerá um comprovante de eleição. Então, é um voto por eleitor. E também teremos a fiscalização realizada e organizada pelas chapas, que nos ajudarão nessa conferência. Encerrada a votação serão apurados por meio eletrônico no sistema desenvolvido pela PRODAM. Os votos realizados em processo manual, cédulas em papel, e cédulas especiais, serão apurados pelo presidente de cada zona eleitoral, e os relatórios totais dos votos manuais deverão ser entregues pelo presidente de cada zona eleitoral aos funcionários da PRODAM. Essas urnas eletrônicas também serão escoltadas pela GCM. Então, o objetivo dessa eleição é o preenchimento das 16 vagas no Conselho Municipal de Habitação, por parte dos movimentos habitacionais, populares de habitação. As vagas serão por representação proporcional e os segmentos serão distribuídos conforme o coeficiente eleitoral obtido pela chapa. Aqui fala sobre a distribuição de vagas. É o mesmo sistema das eleições do sufrágio universal. E esse decreto também começa a estabelecer atribuições do presidente, dos mesários e de todos os que vão trabalhar como fiscais durante o pleito eleitoral. As atribuições do presidente e do vice-presidente. E as atribuições do mesário. Teremos o apoio do Guarda Civil Metropolitana e dos funcionários das prefeituras regionais e da SEHAB e COHAB. Haverá uma base, uma sala de situação aqui, em SEHAB, no Edifício Martinelli, Rua São Bento, 405, 11º andar. Os trabalhos de todos os colaboradores, no dia 27, se iniciam às 8h e se encer-

ram após a conclusão de todos os trabalhos sob suas responsabilidades. E para os servidores que participaram do processo eleitoral, no dia 27, no domingo, será dado o benefício de dois dias de folga, como compensação pelo trabalho realizado. Aqui são os modelos, modelo de relatório. Não será aceito outro documento que não tenha esse layout. E o modelo de protocolo de remessa de documentos e urnas para a zona eleitoral, para cada comissão eleitoral. Este é o modelo. Não será aceito outro documento que não esse. E, como foi dito, se houver alguma eventualidade, esse é o modelo de lista do voto de contingência. Caso a urna eletrônica venha a apresentar algum problema, falta de energia ou situações similares. **Sra. Mariza** - Tenho uma dúvida, Secretário. Para quem tirou o título de eleitor é até 29 de dezembro? **Sr. Aloísio** - Isso. **Sra. Mariza** - Quem fez biometria, transferência, também é válido? **Sr. Aloísio** - Biometria é uma coisa. Mudança de domicílio eleitoral é outra. Se a pessoa fez transferência, após o dia 29, quando ela entra em nosso site, consulta nossa base, vai indicar a zona eleitoral anterior. Então, é muito importante se atentar a isso, porque nosso corte foi no dia 29 de dezembro. Então, o eleitor quer saber onde vai votar, ele fez uma transferência de título de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, vai constar em nossa base de dados o domicílio anterior, antes do dia 29 de dezembro. **Sra. Mariza** - Eu ainda consegui manter a mesma zona eleitoral. Mas algumas famílias nossas fizeram a transferência, mas, para quem mudou a zona eleitoral, não consegue votar agora, não é? Mas as pessoas fizeram a biometria e mudaram de zona. **Sr. Aloísio** - Se mudou de zona eleitoral, é anterior ao dia 29 de dezembro. Por isso é necessário consultar o nosso site, em que temos o De/Para. Ele coloca lá o título de eleitor, o nome completo e se indica onde é a prefeitura regional daquela zona eleitoral onde ele vota. **Sra. Mariza** - Tudo bem. **Sr. Manoel** - Só quero tirar uma dúvida também. Vou dar um exemplo meu. Eu fiz a biometria, mudei de escola, mas a zona eleitoral é a mesma. Continua igual? **Sr. Aloísio** - Continua igual. Olhem ali no nosso hotsite, na tela, o De/Para. Se todos olharem para a tela, temos ali. Clica-se aqui, saiba onde votar, e se coloca o número do título de eleitor e pesquisar. Algum tem um título de eleitor aqui para fazermos o teste? Zequinha, diga o nome do seu título de eleitor. **Sr. Zequinha** - 227916730159. (É feita a consulta no hotsite) **Sr. Aloísio** - José de Jesus Ferreira da Silva. É aqui, na Prefeitura regional da Sé. **Sra. Verônica** - Secretário, o jovem que tirou o título de eleitor, agora, no mês passado, consegue votar? **Sr. Aloísio** - Não. **Sr. João Bosco** - A minha pergunta é a seguinte: indicamos os fiscais, foram feitas as credenciais, e indicamos os representantes das chapas, que vieram as credenciais. E aí o nosso pessoal, não sei de outras chapas também, mas o nosso pessoal tem perguntado se vamos ter uma credencial para eles, candidatos. Seria interessante, Aloísio. **Sr. Aloísio** - Vamos verificar no nosso Regimento Interno. Acredito que para o candidato não haverá nenhuma identificação, mas para os fiscais sim. **Sr. João Bosco** - Recebemos para os fiscais e para os representantes das chapas. Para os demais não. Se for possível fazer, agradeço. **Sr. Aloísio** - Verificaremos. **Sra. Laisa** - A minha dúvida na verdade não é sobre a eleição dos movimentos, mas sobre os outros segmentos. Quais segmentos não preencheram e quando os senhores estão pensando em fazer aquele chamamento que geralmente fazem quando não preenchem as vagas dos segmentos para preenchimento das vagas remanescentes? **Sr. Aloísio** - Houve só duas vagas remanescentes da sociedade civil. **Sra. Laisa** - De qual segmento da sociedade civil? Não temos como saber qual segmento não foi preenchido. **Sr. Aloísio** - Essa informação, não tenho, no momento, naquele slide. Vou levantar a informação e lhe passo, Laisa. O que tenho é isso, essas foram deferidas, essas terão a representatividade na próxima gestão do CMH. Duas vagas não foram preenchidas. Essas duas vagas, para preenchimento, elas ocorrem por indicação do presidente do CMH. **Sra. Laisa** - Geralmente, o rito seria fazer um novo chamamento. Isso mudou? **Sr. Aloísio** - Bem, mudou essa regra, Eloane? Eu não conhecia essa regra anterior. Para mim é essa regra da indicação. **Sra. Laisa** - E qual é o segmento? **Sra. Eloane** - A regra para vacância na sociedade civil é das indicações. O Secretário irá fazer as indicações. Há dois anos, fizemos um chamamento, mas era porque o processo eleitoral foi corrompido por uma decisão judicial. Então, retomamos o processo e fizemos um novo chamamento, nessa época, que foi a gestão onde a senhora entrou. Nessa gestão, ficamos com as centrais sindicais em vacância. Então, vamos fazer um pedido, o Secretário faz, depois do término das eleições, das votações dos movimentos populares, e encaminhamos e fazemos um pedido. Isso, sabemos que já está acontecendo, porque dentro da Comissão Eleitoral temos o Dito e o Antônio Pedro, que conhecem as pessoas que estão hoje na Casa, que já estão articulando. Mas, normalmente, é um convite do Secretário. **Sra. Laisa** - Obrigada pelos esclarecimentos. **Sr. Zequinha** - Já tivemos alguma eleição do Conselho e, visto que as prefeituras regionais são distantes de alguns comércios, às vezes, os fiscais ficam lá e temos que providenciar lanche. Querida ver com o senhor, porque todos os funcionários da prefeitura vão ter seu lanche e são dois fiscais só por cada chapa. Não é muito. Então, se poderia ser providenciado lanche para todos, por exemplo, os representantes que estão lá, das 8h às 17h. **Sr. Aloísio** - A Verônica uma vez disse à mesa: onde comem dois, comem três. **Sr. Zequinha** - Só para ter isso esclarecido para depois não chegar lá e dizer que não tem. Ou tem ou não tem. Obrigado. **Sr. Aloísio** - No espírito cristão e solidário, vamos dividir o pão. Senhores, nossa reunião está encerrada. Agradeço a participação de todos. E em breve iremos dizer o calendário das próximas reuniões extraordinárias. Obrigado. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-SECMH

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 19 de junho de 2018

Local: Rua Libero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos dezoito dias do mês de junho do ano 2018, às 15h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público:** Aloísio Barbosa Pinheiro (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Wilson Cabral da Silva (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luis Otávio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Barbosa Rastelle (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Urânide Sacramento Cruz (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); João Bosco da Costa (Conselheiro Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Maristete Aparecida de Souza (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Conselheira Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Ana Maria Carneiro Procópio (Conselheira Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Laisa Eleonora Marosthaer (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Cibeli Gama

Monteverde (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Conselheiro Sociedade Civil/SCIESP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Conselheira Sociedade Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira Sociedade Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal Urbanismo e Licenciamento); Regina Helena Nader (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheiro Poder Público/SP Urbanismo); Aurelice Rocha dos Anjos (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Bruna Fábio Antunes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Tamara Furman Burg (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Mariza Dutra Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia Lindinalva do Nascimento (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); José de Jesus Ferreira Da Silva (Conselheiro Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ana Paula da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Conselheira Movimentos Populares/Associação Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Edinalva Silva Franco (Conselheira Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Péricles Oliveira Santos (Conselheiro Movimentos Populares /Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Sheila Cristiane Santos Nobre (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Conselheiro Movimentos Populares/Movimento em Defesa do Favelado Episcopal Belém); Jenilda Silva Araújo (Conselheira Movimentos Populares/Movimento de Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Adriana da Silva Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo Rafael Cesário (Conselheiro Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de SP); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Conselheiro Movimentos Populares/IPAC); Antônio Santiago Quintana (Conselheiro Movimentos Populares/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Sociedade Civil/APEMEC); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Patrícia Barboza da Silva (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Adelce Rossetto Netto (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamuchi (Conselheira Sociedade Civil/SCIESP); Márcio Jeha Chêde (Conselheiro Sociedade Civil/SECOVI-SP); Carolina Rafaella Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/SECOVI-SP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Conselheiro Sociedade Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Conselheira Sociedade Civil/SINDUSCON-SP). **Justificou a ausência a senhora:** Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). **Presentes os (as) convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Maria Cecília (Arquiteta da COHAB) e André (Arquiteta da São Paulo Urbanismo). **Pauta da reunião:** Apresentação pela SP Urbanismo do Diagnóstico e Programa de Interesse Público do Projeto de Intervenção Urbana para o PIU do SETOR CENTRAL. Palestrante: Arquitecta Rita de Cássia Gonçalves. O Sr. Aloísio dá início aos trabalhos e passa a palavra à Sra. Rita de Cássia, para a apresentação do Item Único da pauta. **Sra. Rita** - Boa tarde a todos. Eu devo dizer que estou muito contente de participar desse projeto porque eu, junto com outros colegas, participei desse projeto há vinte anos, quando concebemos a Operação Urbana Centro. De lá para cá, muita coisa mudou, não apenas nos instrumentos urbanísticos, mas também na forma de participação da sociedade nesses projetos desenvolvidos. Então, entendo que vamos ter chance de fazer um projeto muito melhor do que foi esse à época, muito mais efetivo, muito mais eficaz, e que todos possamos chamar de nosso projeto. A apresentação de hoje talvez seja um pouco chata mesmo porque na maior parte dela vamos mostrar um diagnóstico da área central. São aqueles elementos colhidos da realidade que experimentamos e vivemos na área central, que vou informar a hipótese urbanística do projeto e consequentemente as diretrizes que vamos dar na construção coletiva desse projeto. Operação Urbana Centro. Por que vamos revisar essa lei de 1997? Primeiro porque nesse período de vinte anos já passamos por dois Planos Diretores e duas Leis de Zoneamento. Então, a principal razão da revisão desse projeto é adequar essa intervenção nos distritos centrais a essa nova normativa. É uma área extensa essa área de estudo. Então, o objetivo é tanto quanto possível aproximar a regulação dessa área do PDE e da Lei de Zoneamento, definir um programa de intervenções. A Lei da Operação Urbana Centro de 1997 não tinha um programa de intervenção definido. Essa tarefa havia sido confiada à Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, que tinha possibilidade de propor intervenções. Daqui para frente ou, particularmente, desde o Estatuto da Cidade, que é uma lei de 2001, as leis de Operação Urbana ou de Intervenções Urbanas têm indicado onde será gasto o dinheiro eventualmente arrecadado com a venda de potencial adicional de construção. Outro elemento que caracteriza a Operação Urbana Centro é a gratuidade para o uso residencial no seu perímetro de abrangência. Então, entendemos que passados vinte anos o objetivo de incentivar a produção imobiliária para mercado na área central já foi alcançado e talvez seja o momento de suprimir essas gratuidades para as faixas passíveis de serem atendidas para o mercado. Quer dizer, nos pontos de atenção do projeto, o que é importante pensarmos? Que a provi-

são habitacional de interesse social contém uma diversificação das modalidades de atendimento social e condições de financiamento dos programas públicos. Um aproveitamento dos imóveis ociosos subutilizados e gestão da aplicação do parcelamento, edificação e urbanização compulsórios, de alguma forma que possamos induzir esse estoque de imóveis subutilizados e ociosos a um melhor aproveitamento para dinamização ainda maior da área central. Mobilidade urbana em diversas escalas. Mais adiante os senhores vão ver as questões que se levantam a respeito desse tema. E gestão de espaços públicos. O que temos aí? Nesse mapa, essa parte mais escura é a parte dos distritos do anel central. São os dez distritos da Prefeitura Regional da Sé. Esses distritos que estão em cor mais escura estão contidos na macroárea de estruturação metropolitana. O que é isso? É uma grande região da cidade que o Plano Diretor estabeleceu como área para o desenvolvimento de projetos específicos. São áreas que contêm estrutura de mobilidade, tem redes ferroviárias, redes metroviárias, uma oferta expressiva de empregos e que têm funções metropolitanas. Então, ainda que tenhamos um zoneamento nessa extensa macroárea de estruturação metropolitana, está previsto no Plano Diretor que desenvolvamos projetos específicos para essas áreas. E quais são os objetivos dessa região, chamada de Setor Central da Macroárea de Estruturação Metropolitana? É o fortalecimento da centralidade municipal. Essa região da cidade, como centro municipal e não apenas isso, mas centro metropolitano. Valorização de áreas de patrimônio cultural. Essa área que estamos estudando concentra 85% de todos os imóveis tombados no município, justamente porque é uma área de ocupação mais antiga da cidade, tirando regiões de Santo Amaro e São Miguel Paulista. Qualificação dos diferentes sistemas de transporte coletivo, estímulo à provisão habitacional de interesse social, requalificação e reabilitação de áreas deterioradas e subutilizadas. E um objetivo que não vale só para a área central, mas para toda a região da cidade, que é promover uma maior proximidade entre grupos de baixa, média e alta renda. Quer dizer, trabalhar no sentido da diminuição da segregação espacial. E por fim a revisão e atualização da Operação Urbana Centro. Onde estamos? Esse é o processo de elaboração do PIU, Projeto de Intervenção Urbana. O estágio atual. Foi elaborado ao longo de 2017 um diagnóstico da área de intervenção que está sendo apresentado resumidamente aqui, onde há um programa de interesse público e esse material vai ser disponibilizado para consulta pública no site do Gestão Urbana até o final desse mês. O que ele contém? Além do diagnóstico, ele contém diretrizes urbanísticas, a viabilidade da transformação, que trata principalmente da possibilidade de adensamento que essa área contenha. O impacto esperado. Adensamento construtivo e populacional e o modo de gestão democrática. Quais são as etapas subsequentes disso? Para construção desse projeto, imaginamos uma série de diálogos setoriais. Um deles já aconteceu na semana passada com o coletivo do Mundaréu da Luz. O que são esses diálogos setoriais? São reuniões com todos aqueles agentes que têm demandas para essa área central. Sejam movimentos de moradia, coletivos culturais, agentes econômicos, associação de comerciantes, enfim. Falamos com as secretarias, CET, SMADS, SEHAB. O objetivo é criar condições para o desenvolvimento de uma proposta conjunta para essa área. A proposta é que até o final deste ano é que tenhamos um projeto, uma versão não final, mas acabada desse projeto para que possa ir para discussão no ano que vem. Como vai ser a construção? Estamos imaginando nesse momento agora, um pouco junho, começo de julho, de diálogos. Depois, há um período de desenvolvimento do projeto. Depois uma nova oportunidade desses diálogos em outubro, onde, com esses mesmos grupos e atores que foram chamados para essa discussão inicial, façamos uma nova rodada de discussões para ver o estágio da proposta. E, ao final desse processo, esse projeto vai ser colocado em consulta pública. Não apenas no site do Gestão Urbana, mas também com audiências presenciais, enfim, porque o objetivo é sempre o aprimoramento da proposta. Então, estamos nesse momento do início dos diálogos setoriais. Nos principais eixos desse diagnóstico, temos: população, emprego e renda. Aqui estamos falando da área. Qual é a área que estamos trabalhando? São em torno de 3.300 hectares. É uma área bastante expressiva e não significa que essa vai ser a nova área da Operação Urbana, mas é a nossa área de estudo. Porque esses distritos da área central têm uma série de interligações entre si, que nos exigem que estudemos isso em conjunto. Ela corresponde a 2% da área do município. E ela reúne 4% da população. Comparativamente a outras regiões do município é uma área que tem alta densidade. O que observamos? Esse gráfico mostra a população desses distritos da área central, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, que são os anos de censo, e 2017, onde foi feita uma projeção. Observamos que nesses distritos da área central a população residente veio caindo até os anos 2000. A partir dali há uma retomada, um retorno dos habitantes para a área central. E essas bolinhas mostram onde estamos hoje em relação a que fomos. Por exemplo, o Belém está quase alcançando a população que teve em 1980. A Mooca, que é uma bolinha verde lá, em cima, já chegou. A República é um dos distritos que ultrapassou a população residente dos anos 1980. Então, é essa a situação em que nos encontramos. Nos últimos quase vinte anos, vem ocorrendo uma retomada, um retorno da população à área central. Densidade de habitantes. Essas são as densidades dos distritos da área central. Os distritos mais populosos são da Bela Vista, da República e de Santa Cecília. Nesse trabalho, adotamos sempre nesses projetos de intervenção urbana uma densidade meta. Estamos situando a densidade meta do projeto na densidade de Santa Cecília. Algo em torno de duzentos habitantes por hectare. A média hoje da área central é de cento e quarenta e cinco habitantes por hectare. Vamos tratar desse tema com mais detalhes mais à frente. Esse mapa é das densidades. Observamos que os distritos de Santa Cecília, Bela Vista, trechos da Liberdade, que são as manchas mais escuras, têm as mais altas densidades dessa área. E os distritos mais comerciais, como Bom Retiro, Pari e Brás, são os menos densos. Um dos objetivos do projeto seria equilibrar essas densidades nessa região. Coincidentemente, esse mapa mostra a distribuição da população em termos de renda. Quer dizer, a parcela de renda mais alta habita nos distritos da Consolação, Bela Vista e trechos da Liberdade. Ainda que haja uma parcela expressiva de renda média no Cambuci, na Liberdade e em Santa Cecília, e mesmo na República. Quer dizer, um outro objetivo é a melhoria dessas condições. Vulnerabilidade social. Esse mapa é o oposto daquele visto anteriormente; as áreas de maior vulnerabilidade são aquelas associadas à população de menor renda. Mais sujeitas a deslocamentos, a moradia subnormal e a todos esses efeitos. Oferta de empregos. Os principais distritos no quesito oferta de empregos são Bela Vista, República e Sé. Principalmente do setor de serviços. Esses índices, quando transpostos a empregos por habitante, aqueles que têm oferta do maior número de empregos por habitantes são República e Sé. O que isso quer dizer? Perseguimos no Urbanismo um objetivo de que o número de moradores de um determinado bairro esteja equilibrado com o número de empregos desse mesmo bairro. A expectativa não é que as pessoas trabalhem no mesmo bairro onde habitam, mas, se tivermos um equilíbrio desses números na cidade, isso é um indicador que nos permite imaginar que estamos trabalhando na redução no número de deslocamentos das pessoas em busca de postos de trabalho. Então, é um número que sempre buscamos equilibrar no projeto, embora sabendo que nem todo mundo que mora ali vai trabalhar ali mesmo. Isso aqui é a representação gráfica das barrinhas que vimos, quer dizer, temos mais densidade de emprego na Bela Vista, Sé e República. Qualquer um que frequente essas áreas pode presenciar a grande oferta de serviços, de comércios de toda natureza. E onde há mais empregos por habitante é justamente nos dois distritos centrais, Sé e República. Ai temos uma sequência de tabelas. Tivemos entre 2007 e 2014 em vários bairros a redução dos postos de trabalho. Vamos ver por que depois. Então, no comércio, no Cambuci, houve um aumento de

postos de trabalho entre 2007 e 2014. Foi o único lugar em que houve aumento. Nos outros, por exemplo, na República, houve a perda de postos de trabalho de 47%. Na Sé, 43%. Em geral, se deu a substituição dos comércios horizontais por edifícios residenciais. Vamos ver mais à frente no outro gráfico. Os serviços também tiveram a mesma redução. Já na construção civil, podem observar, no distrito da Consolação, Pari, República e Sé, houve um incremento importante. Os números absolutos que são esses da coluna de 2014, na verdade, eles são mais representativos que o percentual. Porque o percentual é assim: se havia um e viraram dois, aumentou 100%, mas, em número, isso não representa muito. Por exemplo, na Bela Vista, entre 1997 e 2014, dobrou o número de empregos ofertados. No Bom Retiro triplicou. No Brás aumentou também. No Cambuci. Vamos ter todos os indicadores. Onde diminuiu um pouco? Em Santa Cecília. E talvez porque já tenha sido uma área de construções em épocas anteriores. Na Sé houve um aumento significativo. Então, a média geral dos distritos é um aumento de 72% dos empregos de construção civil nos anos finais, entre 2007 e 2014. A indústria de transformação teve perda. Não é tão significativa, em relação ao município. O município perdeu 10% dos empregos industriais. Nos distritos do anel central eles se equilibraram; alguns perderam, outros ganharam. Então, ficou mais ou menos estabilizada essa situação nessas décadas, ainda que haja uma migração do emprego dentro desses distritos. Em relação à mobilidade, a área central é bem servida de transporte público de média e alta capacidade. Todas as linhas de metrô chegam à área central, menos a Linha 5 – Lilás, que ainda não está conectada à rede. Mas temos a Linha 1 – Azul, a Linha 2 – Verde, no limite exterior da Paulista, a Linha 2 – Vermelha, a Linha Amarela, além das linhas da CPTM. Além das linhas de média e alta capacidade, o serviço de ônibus é bastante intenso na área central. Temos em torno de sete ou oito terminais de ônibus no nosso âmbito de estudo. É uma área da cidade que é alimentada por ônibus vindos de todas as direções da cidade. Isso aqui é um gráfico que mostra as linhas estruturais, que são as linhas de longa distância, que vêm pelos corredores. Então, todos chegam ao centro e essa linha é complementada pelas linhas de distribuição, que são aquelas que fazem as conexões entre os pontos terminais de ônibus e os bairros mais afastados do centro. Um dado bastante preocupante para nós é o número de atropelamentos na área central. Essas regiões de conflito entre transporte coletivo e pedestres. Há uma concentração expressiva de acidentes, de atropelamentos. Esse mapa indica atropelamentos com morte. Ali, em torno da Praça João Mendes, naquela parte da rótula, Viaduto Maria Paula, Praça João Mendes, essa mancha mais escura aí. Essa é uma tabela. Observamos mortes na área estudada e há uma concentração importante em torno dos 60 ou mais anos. Às vezes temos tempos semaforicos muito curtos, um volume muito intenso de tráfego. Na área específica da Operação Urbana Centro, que é Distrito Sé, República e Brás, pessoas de 60 anos ou mais, quer dizer, temos um número que é o dobro de outras faixas etárias nessa faixa. Fluxo de viagens a pé. Essas áreas mais escuras mostram áreas onde há uma densidade maior de movimentação de pessoas a pé. Podemos observar, na Região do Parque Dom Pedro, mais à direita, essa mancha clara, e mais à direita ainda, aquela mancha branca, temos o arco da ferrovia, quer dizer, há regiões da cidade que pela configuração da malha viária ou pela existência de barreiras, como na ferrovia, a conexão entre as áreas por percursos a pé é muito dificultada. Essa é também uma das questões a se defrontar. Essas são nossas barreiras. Temos a ferrovia, as vias estruturais do corredor Norte-Sul, que é esse eixo 23 de Maio, 9 de Junho, que convergem para a Avenida Prestes Maia, Avenida Tiradentes. A orla fluvial do Tamanduateí, que vai encontrar com o Tietê lá, em cima. A própria via de Ligação Leste-Oeste na parte de baixo, entre a Praça Roosevelt e até engatar na Alcântara Machado. São questões complicadas da mobilidade e que dificultam o acesso aos serviços e empregos da área central por pessoas que moram nos distritos vizinhos. Essa é uma tabela talvez um tanto óbvia de que as viagens internas na região central se dão principalmente por deslocamentos a pé. Em segundo lugar por transporte coletivo. Cerca de 70% das viagens internas se dão por deslocamentos a pé. E as viagens externas principalmente por transporte coletivo; 70% das pessoas que chegam de outras regiões da cidade ao centro vêm em transporte coletivo. Acho que ao longo dos anos houve uma série de regulamentações de tráfego que trabalharam na direção da redução do tráfego veicular particular na área central. E devo dizer que vamos prosseguir na mesma linha. Isso é referente às áreas de estacionamento dentro da área central. Esses risquinhos em azul são as áreas de zona azul. A nosso ver, talvez há uma oferta grande demais de áreas de estacionamento nas vias na área central. Grande demais eu digo porque temos áreas de concentração comercial, que poderiam se beneficiar não da supressão de áreas de estacionamento, mas de uma melhor organização dos pontos de oferta de vagas de estacionamento, de tal forma que pudessemos qualificar os percursos a pé nessas áreas comerciais. E mesmo as áreas onde se tem circulação de coletivos na área central, que pudessem ficar desimpedidas desse uso do meio-fio por veículos particulares. Independentemente de assinalar áreas de carga e descarga, de desembarque e embarque, que são importantes na área central. Isso é um pouco da distribuição da moradia e dos usos não residenciais do centro, quer dizer, esse mapa fala de predominâncias. Se uma quadra tiver mais uso residencial que não residencial, ela vai estar destacada aí. Então, a predominância do uso residencial está principalmente nesses distritos do lado de cá, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília, Liberdade e Cambuci, e os usos não residenciais do outro lado, que é o oposto desse mapa. Um dos objetivos do projeto é dar uma equilibrada nessas questões, inserir mais uso residencial nessa área e também fomentar o uso misto em novos empreendimentos naquela área de Consolação, Bela Vista e Liberdade. O que eu dizia era isso, esse gráfico mostra a transformação de uso das quadras que compõem esses distritos analisados. Então, essa barrinha azul escura aqui, para baixo, são os usos industriais. E essa outra vermelhinha é o comércio horizontal. Quer dizer, esses espaços acabaram se transformando em edifícios residenciais ou edifícios comerciais verticais, que é aquela barra alta na ponta do gráfico. Acho que é perceptível para todo mundo que circula na área central que houve uma produção imobiliária residencial para camadas de renda média onde antes havia o uso comercial horizontal. Essas são as áreas de concentração de atividade econômica. Essas manchas roxas que estão vendo, do lado esquerdo é a área do Bom Retiro, que tem as confecções, uso industrial, e do lado direito é a zona do Brás e Rua Oriente. Também uma área de confecção bastante consolidada e próspera. Quem quiser que passeie por essas áreas vai verificar que os estabelecimentos comerciais estão bem conservados, o fluxo de público é bastante intenso. São áreas muito importantes para essa área do centro metropolitano. Aqui no meio aparecem as outras coisas, a área em torno do Mercado Central e da zona cerealista. A zona cerealista, quando fizemos o projeto de 1997, era um objetivo que ela saísse da área central porque era um comércio atacadista que enxergávamos que impedia a localização de outros usos que poderiam se beneficiar dessa infraestrutura. Ao longo desses anos, a zona cerealista assumiu também caráter de abastecimento de varejo. Então, criou-se uma outra dinâmica e imaginamos rever certas restrições que estavam contidas na lei de 1997 em função dessa nova dinâmica instalada. Aí temos a área comercial da 25 de Março, que é abaixo dessa zona, essa zona meio verdinha compridinha. Isso que desce aqui em direção à parte sul do perímetro é a zona 25 de Março. Aquela mancha roxa clara é a área da Santa Efigênia, que é uma área importante também comercial. Dispersa pela cidade há uma atividade cultural e gastronômica muito importante na área central, que queremos valorizar. Do outro lado do Parque Dom Pedro há uma zona madeireira, ao longo da Rua do Gasômetro e do começo da Rangel Pestana. Então, são atividades que oferecem emprego e dinamismo econômico e cujo funcionamento é importante que possamos com

esse projeto melhorar. O PDE menciona nos seus artigos 182 e 185 um tal de Centro Polo de Economia Criativa. O que é isso? São áreas da cidade cujas atividades têm uma característica de inovação. E abrangem uma grande quantidade de atividades, desde os coletivos culturais, da oferta de cinemas e teatros, a área de produção de filmes, gastronomia, a área de instrumentos musicais. Quer dizer, toda essa dinâmica da área central foi percebida no PDE e se imaginou um perímetro para isso, que é essa mancha bege, que aparece. Isso está perimetrado no PDE, onde se propõem benefícios fiscais, isenção de IPTU, isenção de taxas municipais e simplificação de procedimentos para instalação e funcionamento. Devo dizer que incentivos fiscais não vão ser objeto de nova lei que vai regular essa área central. Isso deve ser objeto de uma lei específica que trate desses temas. A nossa tarefa vai ser ver de que maneira intervenções urbanísticas favorecem essas atividades na área central. Espaços públicos. O Programa Centro Aberto tem sido cada vez mais bem recebido pela população. Vimos tendo resultados de aceitação muito positivos dessa iniciativa porque quem trabalha há muitos anos no centro, como eu, pode testemunhar a dificuldade que temos na hora de almoço de encontrar um lugar para ficar, para estar, sem que seja preciso consumir alguma coisa ou estar em um estabelecimento comercial. Então, essa foi uma proposta de sucesso que deve ser replicada. O que as pessoas avaliaram mais positivamente nessa ação? Mobiliário, conforto, são espaços Wi-Fi, que favorecem todo mundo, essas atividades dirigidas. Às vezes, se tem cinema, jogos. Há uma proposta de animação, um programa de animação desses equipamentos do Centro Aberto. Então, se olharmos, as ruas são os espaços públicos mais encontráveis em toda a região na cidade. A rua não é apenas um local onde transitam veículos e tudo mais. Mas é um local onde usufruimos da cidade. Então, é importante que as ruas sejam seguras, percorriáveis, que elas sejam arborizadas para que possamos transitar com conforto e tudo mais. Está claro que não vamos conseguir fazer uma ação na totalidade dessas ruas da área central, mas há programas específicos para ruas específicas. Praças. Encontramos praças que têm atratividade regional, como por exemplo a Praça da Sé, a Praça da República, que são equipamentos que atraem todo mundo. Mesmo o Vale do Anhangabaú, com um projeto que está sendo concebido para ele, e tem as pracinhas de bairro. Essa pracinha que estamos vendo embaixo é uma pracinha no Pari, que é um espaço adorável. Em volta, ainda há um uso residencial. Parece que estamos em uma cidadezinha do interior. Quer dizer, são coisas a serem preservadas nesse projeto. Nem tudo será transformado. Há locais que têm uma qualidade de vida bastante importante e, se conseguirmos manter, já teremos feito muito. Ai temos espaços cívicos, que são, por exemplo, o próprio Vale do Anhangabaú, que é um espaço histórico de reunião da população, de eventos de comemoração. Mesmo agora, na Copa, estamos tendo alguns eventos no Vale do Anhangabaú. E o novo projeto, que está sendo desenvolvido há algum tempo na administração para essa área, favorece ainda mais esse tipo de função. Estamos no Alto da Colina, na Colina de São Paulo. Descendo em direção aos Vales do Anhangabaú ou Vale do Rio Tamanduateí, temos uma série de escadarias, passagens e tudo mais. São espaços importantes de serem qualificados. Depois temos as galerias que atravessam edifícios, através das quais transitamos entre os edifícios para vencer as quadras; passagens e passarelas sobre a ferrovia, pontes e viadutos; a própria orla dos rios é um espaço a ser qualificado. Quer dizer, ao longo dos anos esses espaços foram muito maltratados. Eles não tiveram relevância no tratamento. Os nossos rios foram principalmente espaços entendidos como adequados para receber vias expressas, vias de trânsito intenso e é esse cenário que devemos trabalhar para alterar. E a questão do mobiliário urbano que talvez muito recentemente vimos nos ocupando desse tema na qualificação desses espaços, para atendimento da população. Patrimônio histórico. Como eu disse, 85% dos imóveis de interesse histórico estão na área central. Então, não podemos conduzir um projeto sem que se imagine como tirar partido disso, desses testemunhos da nossa história. São edifícios cuja restauração nem sempre é fácil, viável. Eventualmente, mais custosa. Mas uma tarefa que temos vai ser encontrar uma forma de viabilizar essa recuperação. O que está sendo aí são os perímetros que foram estudados pelo DPH e que foram objetos de resoluções. Temos um perímetro na área central do Anhangabaú (é um tom mais rosinha aí no meio). Depois, acima, o perímetro da Santa Efigênia, que é quase um trapézio. Aquela mancha azul é de Campos Eliseos. Depois aqui, mais abaixo, nesse verde mais escuro, do outro lado, que é a Grota do Bixiga, que é uma área super importante onde há uma concentração espetacular de imóveis antigos. E essa mancha verde, que é a área da Liberdade, que também tem um número bastante grande de imóveis indicados para preservação. O Plano Diretor também foi sensível a essa questão do patrimônio histórico e estabelece, parecido com aqueles incentivos que ele dá para os territórios Polos de Economia Criativa, a possibilidade de incentivos para esses territórios de interesse da cultura e da paisagem. Isenção de taxas, simplificação de procedimentos para receber novos usos, e coisas desse tipo. Nossa tarefa vai ser encontrar incentivos à recuperação desses imóveis. Um dado importante de imóveis de patrimônio histórico, desses imóveis tombados, particularmente na área central, muitas vezes alguns deles estão encortiçados e outros foram objetos de ocupações. Isso assinala o fato de que temos uma convergência de coisas. A qualificação da moradia nesses imóveis de interesse histórico e de que maneira conseguimos viabilizar isso, garantir a restauração dos imóveis e a melhoria das condições de habitabilidade para a população moradora. Agora, vamos falar de moradia, produção privada e produção pública. Aqui essas manchas amarelas, meio esverdeadas, são os perímetros de ZEIS da área central, e essas manchas verdes escuras são as ZEPECs, os imóveis tombados. Em algumas ZEIS temos alguma coincidência dessas coisas, principalmente, aqui, na Grota do Bixiga, alguns trechos da Baixada do Glicério. Mais para a direita, essa é a região da Baixada do Glicério, onde temos perímetros de ZEIS e temos algumas vilinhas que foram preservadas. Na Grota do Bixiga, mais para o lado esquerdo, essa é a ZEIS que abrange parte da Grota do Bixiga. Agora, quero que prestem atenção nesses perímetros de ZEIS. Além desse diagnóstico, o projeto está avançando. Estamos levantando aqueles imóveis que estão efetivamente disponíveis para ZEIS para produção imobiliária. É um número bem menor do que aparece nessas manchas. Isso aqui é uma combinação das ZEIS e dos imóveis que já têm notificação para parcelamento, edificação e urbanização compulsórios. Quer dizer, um número bastante grande, em torno de 600 imóveis na área central, que estão sendo empurrados para sua utilização. Isso é um dado de vacância de imóveis. São 14% dos imóveis da área central, imóveis habitacionais, que estão vagos. Há um percentual que tem que se manter vago para não termos, vamos dizer, uma explosão de preço. Se tenho nenhum imóvel vago e um monte de demanda, o valor dos aluguéis sobe. Há tempos apareceu um artigo na Folha que situava esse número em torno de 8%. De toda forma, pelo menos metade desses domicílios vagos poderiam muito bem ser ocupados sem que houvesse um impacto no preço do valor de locação. Isso são os imóveis que foram notificados por estarem subutilizados, ociosos. No município todo foram 1308 e só no perímetro da Operação Urbana Centro aqueles que eu mostrei pintadinhos no outro slide são 606 imóveis. Isso é produção para mercado. O que vemos? Cada um desses pontinhos é uma produção imobiliária. Essas áreas que têm uma mancha significam que esses empreendimentos pagaram outorga onerosa. No âmbito da Operação Urbana Centro, que são os distritos centrais, nesses últimos vinte anos deu-se gratuidade para o uso residencial. Então, nessa área central a produção habitacional para mercado foi gratuita nos últimos vinte anos. O que temos aqui? Essa é a produção imobiliária residencial vertical em número de unidades produzidas. O distrito da República, entre 2010 e 2015, foi o que mais produziu no município. Em torno de 4568 unidades produzidas. E basta passear pelas ruas aqui, entre a

Praça da República e o Vale do Anhangabaú, que vamos ver uma série de empreendimentos. E no Brás também, 3074 novas unidades habitacionais. O que esse mapa mostra? A média de moradores por residência no Município de São Paulo é de 3,14 pessoas. Pode se imaginar que são famílias. Na área central esse número cai para 2,5. Então, olhando esse primeiro gráfico, vemos que os distritos que ultrapassam essa marca de 2,5 são Brás, Bom Retiro, Pari e Cambuci, quer dizer, distritos onde vamos encontrar nas residências um número maior de famílias. E não de casais ou pessoas sozinhas. No entanto, vejamos a República, um dos distritos onde mais se produziram unidades habitacionais nesses anos de 2000 a 2015, onde a média é de 2,14 moradores por unidade residencial. Em Santa Cecília, onde se produziram sete mil unidades, a média é de 2,29 moradores por unidade. Na Bela Vista, 2,19. Isso significa que essa produção imobiliária esteve principalmente voltada para famílias pequenas ou pessoas sozinhas. E o que buscamos agora é incentivar também, nos distritos do anel central, fora de Sé e República, que haja também um fluxo maior de famílias para essas áreas. Esse mapa aqui, o que ele mostra? Toda vez que começamos a estudar uma área, tratamos de identificar a capacidade de transformação dessas áreas. Quando olhamos a área central, considerando os usos que aqui estão, a densidade já construída, existe uma maior possibilidade de transformação nessas áreas mais escurinhas. Como se vê no entorno do Parque Dom Pedro, em algumas áreas, próximo da ferrovia no Belém, uma outra manchinha, ali, em cima, entre a ferrovia e a Marginal Tietê, esse triângulo, que fica no canto superior esquerdo, também uma manchinha mais escura. Todo esse triângulo grande. Então, temos áreas onde esse adensamento deve ser mais incentivado. Por exemplo, tem áreas no Bom Retiro e no Brás, que são horizontais, mas têm um uso comercial tão intenso que nem imaginamos que aquilo possa dar lugar à moradia. Eventualmente, podemos ter inserções, a combinação de uso residencial ou não residencial, mas as nossas áreas preferenciais de adensamento são essas: aquele trecho de Santa Cecília, entre a ferrovia e a marginal, esse trecho entre o Parque Dom Pedro e a ferrovia, aqui, embaixo, perto da Alcântara Machado, aquele trecho mais ao norte, depois do Tamanduateí, entre o Tamanduateí e a Marginal Tietê, perto da Portuguesa, aquele trecho do Pari, e aqui perto da Baixada do Glicério, onde ainda existe a possibilidade de adensamento construtivo e populacional. Se formos falar do quanto cabe de gente nessa área, poderíamos dizer que conseguimos, com uma densidade em torno de duzentos e oitenta habitantes por hectare. Praticamente dobrar essa população. Mas nossas metas são menos ambiciosas, em termos de capacidade numérica. Caberia o dobro de pessoas que moram nessa área, se conseguíssemos realizar o potencial construtivo de toda aquela área escura que mostramos. E qual a hipótese urbanística? Aquilo que acabamos de apresentar foi o diagnóstico. O que estamos imaginando para a área central? Que morar no centro é estar nos distritos do anel central, quer dizer, não apenas Sé e República, mas morar no Brás, no Belém, no Pari, no Bom Retiro e morar em Santa Cecília. E que a melhoria das conexões entre os territórios separados pela ferrovia e pelo rio favorecem a relação de complementaridade que têm os distritos da Sé e República e demais distritos. O que significa isso? Se melhorarmos as condições das pessoas irem de um lado para o outro nessa região, garantimos que a população possa aproveitar melhor os serviços da área central, os empregos da área central, e toda ela se movimentar com muito mais facilidade nesse território. O patrimônio edificado é um ativo do projeto urbanístico. Então, ao invés de enxergar o imóvel tombado, o imóvel de interesse histórico, como um problema, como um obstáculo à produção imobiliária, vamos buscar tirar partido desse patrimônio. Então, estamos estudando esse perímetro, que pega os distritos Sé e República, uma parte de Santa Cecília, Bom Retiro inteiro, Pari inteiro, Brás inteiro e uma parte do Belém. Isso não significa que venhamos a fazer uma lei grande para essa área toda, mas podem ser projetos específicos aproveitando a particularidade de cada uma dessas áreas. Quais são os objetivos? São aqueles estabelecidos pelo Plano Diretor, garantir moradia digna, qualificar os espaços públicos, preservar patrimônio histórico, fortalecer base econômica local, orientar o crescimento, melhorar a mobilidade e a acessibilidade e incorporar a agenda ambiental. Garantir moradia. Esses instrumentos urbanísticos que manejamos nesses projetos e viabilizam a recuperação da mais valia na forma de recursos para investimento público. E onde podemos gastar esse dinheiro no quesito moradia? Podemos adquirir terrenos, construir unidades habitacionais, podemos adquirir e reformar imóveis para habitação. O Bolsa Aluguel é só para a população afetada por obras do programa de intervenções já com previsão de atendimento definitivo. Podemos intervir em assentamentos precários e podemos incentivar a produção imobiliária. O que esses instrumentos fazem? Não definimos políticas habitacionais. Essa é uma prerrogativa da Secretaria de Habitação. Na verdade, participamos do financiamento de ações definidas pela SEHAB. Se tomarmos o PMH como referência nas diversas modalidades que ele propõe, o que podemos trabalhar? Por exemplo, a modalidade de abrigamento transitório em imóveis públicos, podemos financiar a construção desses imóveis públicos. O Bolsa Aluguel, sempre que estiver associado à população que foi deslocada por alguma obra do programa de intervenções e por um período definido. Podemos atuar em todas essas modalidades de provisão habitacional porque elas implicam ou em construção de próprios públicos ou em compra de terrenos ou na aquisição de imóveis privados. E podemos também investir na requalificação de assentamentos precários porque são todas essas ações de caráter definitivo. Não são ações continuadas no tempo. Eles têm começo, meio e fim. Sempre que houver essa condição é possível deslocar recursos para essas finalidades. Quais são as metas para moradia desse projeto? Uma densidade de referência de 200 habitantes por hectare. Um incremento populacional em torno de 130 mil pessoas. E não das 280 mil que caberiam nesse território. Um incentivo ao alto adensamento nos distritos do Bom Retiro, Brás, Pari e na porção norte de Santa Cecília. Vamos manter o padrão de adensamento dos distritos da Sé e República e de Santa Cecília na parte baixa da ferrovia. Incentivar o retrofit de edifícios subutilizados, seja para recuperação e venda, seja para implementação de programa de Aluguel Social, nas modalidades já previstas no PMH. Vamos integrar os perímetros de ZEIS para conformação de um anel habitacional popular qualificado. Isso é uma preocupação nossa, que não façamos simplesmente empreendimentos habitacionais, mas que eles sejam integrados ao bairro, integrados entre si e integrados aos bairros onde estão. E o subsídio a programas públicos de atendimento à população moradora de rua. Esse foi um investimento que nunca fizemos. Talvez porque em outros perímetros estudados essa não fosse uma questão tão relevante como é na área central. Qualificar espaços públicos. O que temos observado? Quais são os objetivos? A escala humana do projeto, dimensionar benefícios econômicos, espaços públicos adequados para todos. Então, a questão da acessibilidade universal, valorizar a cultura e o contexto, quer dizer, que os espaços públicos sejam projetados de acordo com o seu caráter, que tenham praças de alcance regional, praças que tenham um caráter mais coletivo. E os espaços sustentáveis, quer dizer, que implantemos projetos que tenham durabilidade e capacidade de se manterem íntegros ao longo do tempo. Há um plano em especial, lembram quando mostrei aquele mapa cheio de ruas? Temos o objetivo, pelo menos, de qualificar esses bulevares, que são as grandes avenidas, que chegam até a rótula central, que são avenidas que em geral têm grandes larguras, canteiro central e condições de receber arborização de médio e grande porte. Muitas delas já estão arborizadas, mas esse projeto paisagístico merece ser revisto e qualificado. Aí são as diretrizes, qualificar os bulevares, a criação de rotas comerciais qualificadas, a conexão entre centralidades, a melhoria de áreas para uso público de estar e lazer, e diminuir os problemas de acessibilidade. Preservar o patrimônio histórico e cultural. Quem conhece o funcionamento da Operação Urbana, há coisas que vamos ter que nos ocupar, por

exemplo, há uma fórmula de calcular transferência de potencial construtivo dos imóveis tombados do centro que vai ter que se aproximar da fórmula utilizada e proposta pelo PDE e pelo zoneamento. Temos que mudar a forma de atribuir valores desse potencial construtivo, facilitar a transferência de potencial construtivo desses imóveis pequenos. Às vezes o proprietário de um pequeno imóvel tem muita dificuldade de transferir o potencial da sua casinha de vila tombada. Quer dizer, o Poder Público deve ajudar, reunir essas pessoas em uma associação de proprietários para facilitar essas transferências de potencial construtivo. E devemos dar incentivos à restauração e retrofit de imóveis tombados. Isso nas formas usuais, seja na gratuidade, potencial construtivo, redução, possibilidade de transferir esse potencial mais facilmente, enfim. São meios que serão estudados ainda, muito provavelmente com a colaboração dos senhores. Fortalecer a base econômica local. Temos sempre que lembrar que no âmbito de um projeto urbanístico o nosso papel no geral está restrito a melhorar as condições de mobilidade das pessoas, de chegada e saída de cargas de produtos, quer dizer, facilitar a movimentação das pessoas através dessas zonas comerciais, que estão estabelecidas. São zonas vigorosas, que têm empregos e tudo mais. Quer dizer, nossa tarefa, nessa série de diálogos setoriais que vamos fazer, é ouvir dos diversos grupos de que maneira o espaço pode ser melhorado e qualificado para que essas atividades aconteçam de uma forma melhor e mais facilitada. Podemos até apontar incentivos fiscais, mas eles vão ser estabelecidos por outras secretarias, por outras leis. Devo dizer que iremos fazer esse diálogo com diversas secretarias, mas cada secretaria vai tratar da sua especificidade. O que pensamos? Naqueles edifícios que tiveram sido notificados para utilização compulsória, que não se adaptaram ao uso habitacional, de que maneira podemos favorecer os usos não residenciais? Espaços públicos. Sempre que melhoramos as ruas comerciais, criamos uma condição mais confortável para o público dessas zonas, colaboramos para o desenvolvimento do comércio. Acho que há uma tendência na legislação urbanística de evitar a monofuncionalidade, quer dizer, que em determinadas áreas e edifícios não só exista um tipo de uso. Então, sempre que possível combinar uso residencial com o uso não residencial. E um desejo que é perseguido há décadas, de que algumas ruas no centro e principalmente na área central possam vir a funcionar vinte e quatro horas. Senão com todos os estabelecimentos vinte e quatro horas, mas que tenhamos uma rede de plantões que em dias determinados da semana alguns daqueles estabelecimentos fiquem vinte e quatro horas, enfim. De tal forma a garantir uma vitalidade maior na área central. Orientar o crescimento, quer dizer, o adensamento qualificado em padrões específicos. O que isso significa? Temos, como já observamos, áreas diferenciadas de moradia e emprego. Lá atrás, no começo, havia uma mancha que mostrava que a maior parte da habitação está nessa área mais clara e a maior parte de empregos do outro lado. Talvez misturar um pouco mais essas coisas, conseguir trazer um pouco mais de usos não residenciais para o lado de cá e mais residências para o lado de cima. Isso desde que consigamos melhorar as condições de transposição dessa ferrovia e das vias estruturais. Essas manchas escuras são aquelas manchas roxas que já mostrei do Bom Retiro e do Brás e Rua Oriente. De maneira alguma pensamos em desestruturar isso. É um ativo importante da área central. Mas, eventualmente, incentivar uma coisa que o zoneamento já permite, que nessas áreas também aconteça o uso residencial combinado com o uso não residencial. As orlas fluviais. Em um projeto que realizamos e foi concluído em 2015, eram dadas diretrizes para as margens do Rio Tamanduateí; assim como no projeto do Arco Tietê havia diretrizes para a Marginal Tamanduateí e para a Marginal Tietê, e pensamos nesse trecho que atravessa a área central, de que maneira podemos, senão nessa geração, mas através da ação e futuras gerações, já direcionar para uma melhor utilização das margens do rio. De alguma forma, tentar amenizar o que foi feito ao longo das décadas no sentido do confinamento desses rios em torno de vias expressas. Essas são imagens do projeto do Arco Tietê e que se pensava dar uma afastada nas novas construções dessas orlas fluviais, de tal forma que pudessemos trazer mais arborização, mais áreas verdes para as proximidades do rio. Projetos estratégicos. Na área central há uma série de projetos estratégicos que estão à espera de um olhar mais atento. Por exemplo, a área em torno do Minhocão, a própria área da Nova Luz e os projetos estratégicos definidos no Projeto Arco Tietê. São áreas que serão mais uma vez discutidas entre todos os que participarem da elaboração desse projeto, para avaliarmos de que maneira conseguimos ativar essas áreas, ou criar uma melhor condição de aproveitamento dessas áreas. Melhorar a mobilidade e a acessibilidade. Temos quatro eixos importantes. Mobilidade ativa, o que é? Andar a pé e andar por meios não motorizados. A questão da bicicleta. Transporte coletivo, de que maneira facilitar a movimentação principalmente de ônibus pela área central? Às vezes, quem toma ônibus na Libero Badaró, nessas imediações, percebe a morosidade com que esse transporte consegue se deslocar por ruas cheias de veículos e tudo mais. Mesmo o transporte individual, que disciplina podemos dar de tal forma que as pessoas possam se aproximar do centro e deixar ali seus veículos e penetrar em um espaço qualificado para o percurso a pé? E a questão do transporte de cargas, que é sempre esquecido, mas é muito importante para o abastecimento da zona comercial da área central. E a questão é o que vemos de acordo com o plano de mobilidade de 2015, que é a restrição da transformação de terrenos em estacionamentos, em todas vias internas, porque isso tem um impacto importante sobre a mobilidade dessa área central, um impacto negativo para a circulação de transporte coletivo dos ônibus. A revisão de regulamentação de vagas no meio-fio, que possamos deixar os espaços da rua, seja para o alargamento das calçadas, seja para a circulação de veículos de carga e veículos coletivos. Uma proposta de restrição de estacionamento em todas as ruas onde circulam ônibus. E um estudo de restrição de estacionamento nas vias de alta concentração de pedestres e comércio popular. Isso não significa que vamos tirar as vagas de estacionamento e as áreas comerciais irão ficar desabastecidas. Mas, simplesmente, vamos estabelecer os locais onde isso pode ser localizado. Incorporar a agenda ambiental. Então, ainda que tenhamos um espaço pequeno para grandes alterações do arcabouço construído e viário na área central, de que maneira conseguimos melhorar a arborização das áreas verdes existentes; de que maneira conseguimos qualificar os bulevares e incentivar algumas possibilidades que foram criadas na lei de zoneamento, como os tetos verdes, as empenas verdes. Quer dizer, de que maneira conseguimos incentivar esse tipo de coisa. Bom, em linhas gerais, é isso. Quer dizer, todo esse trabalho de diagnóstico foi feito principalmente pela Diretoria das Operações Urbanas. É um trabalho que a nossa área, que é a Diretoria de Desenvolvimento, a área que desenvolve projetos, de planejamento, recebe das mãos da equipe da Kátia Canova e da Marilene Fajersztajn, que de alguma forma continua trabalhando conosco, e a Superintendência de Estruturação de Projetos, que se ocupa de refinar os incentivos todos, urbanísticos, para sabermos de que maneira conseguimos extrair dessa região a possibilidade de arrecadação de recursos para investimento nesses programas públicos. É isso, gente. Pretendi passar os temas dos quais nós todos vamos nos ocupar no desenvolvimento do projeto, que começa senão a partir de agora, mas vem sendo elaborado a partir desse mês. Está certo? **Sra. Carmen** - Boa tarde. Represento o MSTC, Movimento Sem Teto do Centro, filiado à Frente de Luta por Moradia. Sou conselheira gestora também da Quadra 37-38, além de conselheira estadual e suplente na municipal, no conselho municipal. Vou ter já algumas reuniões a respeito do PIU Central, já recebi o convite. Eu, para opinar, quero entender. Mas uma coisa que me chamou a atenção na questão tanto de qualificar quanto de adensar os bairros é que não vi a Bela Vista. A Bela Vista não está em nenhum dos dois e a Bela Vista é um distrito onde é muito baixo ainda, porém estamos sofrendo, os carosões estão sendo destruídos. É uma área de muitos estaciona-

mentos, vagos, e também tem a construção de muitos prédios. Mas não prédios de HIS. E temos uma área que é de muito cortiço. Então, o que vamos fazer com essas famílias? E há muita sugestão, muitas áreas que também estão ociosas e que podem ser muito bem reaproveitadas, que são os baixos viadutos. Principalmente alguns com muita referência, que é a questão do viaduto da Major Diogo e Viaduto Café Filho, que é ali na Santo Antônio. E é uma área que requer requalificação. Não sei se fui eu que não ouvi, mas, no momento da apresentação de requalificação ou adensamento, mas não vi a Bela Vista. **Sra. Rita** - Carmen, a senhora está certa. O que acontece? Estamos trabalhando quase exclusivamente na área da macroárea de estruturação metropolitana, ou seja, pegamos uma parte da Bela Vista, aquela parte que está da via de ligação Leste-Oeste para a área central. A parte que está fora disso não está abrangida no projeto, que pega justamente a Grota do Bixiga, aquela área tombada, onde há uma concentração de imóveis históricos. Muitos deles com uso habitacional nessas condições que a senhora descreveu. Essa área não é abrangida no projeto. Acho que vamos poder dialogar muito com aquele trecho da Bela Vista, que faz parte da área central. Acho que muito dificilmente essa lei ou esse conjunto de leis vai abarcar essa área da Grota do Bixiga porque essa área está no que se chama de área de urbanização consolidada. Talvez possamos, para colaborar na solução desse problema, desenvolver para a questão habitacional, onde o nosso foco seja a qualificação de habitações coletivas, algum projeto que seja até um projeto piloto e que depois possa ser replicado para outras áreas. Talvez, se concebermos a nossa intervenção já imaginando isso, imaginando projetos que possam ser replicados em outras áreas do território, tenhamos algum ganho. Mas, efetivamente, essa área que a senhora está mencionando não está no projeto. **Sra. Carmen** - Se requalifica um pedaço e esquece o outro, aí não vai dar certo. A Bela Vista não pode ser dividida dessa forma. **Sra. Rita** - Ela foi cruelmente dividida. **Sra. Carmen** - Ela foi cruelmente dividida. Fico pensando em um sentido de colocar alguns projetos. A Bela Vista é muito rica em entidades, não só de moradia, mas também na conservação. Por exemplo, temos o Museu do Bixiga, o Novo Olhar. Posso fazer aqui um release para os senhores, (mas, não é o momento), de todas as entidades atuantes, principalmente, a própria Vai-Vai. Há muitas entidades. E será muito dispendiosa a perda, ao requalificarmos ou adensarmos uma parte da Bela Vista e deixar a outra. Para quê? Estamos vivendo um momento agora que é uma briga imensa com o Parque Bixiga e o Sílvio Santos, no intuito de se criar uma área verde. Porque pensamos que estamos na região central, que tem tudo e que o Bixiga tem tudo. O Bixiga não tem. O Bixiga tem o maior número de mazelas, justamente pelo adensamento dos cortiços e também pela necessidade de a população ser bem servida em outras coisas. Tem muito lazer, muita cultura, mas não tem parque. São áreas que estão ali inúteis. E estou vendo que está no corte, está fora. **Sr. João Bosco** - Sou conselheiro eleito pelo MUHAB. Associação de Defesa do Consumidor e Contribuinte. Parabéns pela apresentação. Foi bem melhor do que a outra. Estava olhando nos dez distritos e há alguma coisa em torno de meio milhão de habitantes. Não é fácil trabalhar essa área. **Sra. Rita** - Exatamente. **Sr. João Bosco** - Em minha somatória deu quinhentos e três mil. Não é fácil. **Sra. Rita** - Exatamente. Meio milhão de pessoas é uma cidade bem grande já. **Sr. João Bosco** - É uma cidade bem grande já. Então, tecnicamente, gostei muito da apresentação, e gostei daquela parte, quando a senhora citou da provisão de HIS. Mas me faltaram dois pontos extremamente interessantes: quantidade e custo. **Sra. Rita** - Nesse momento do projeto não temos isso. Estamos em uma etapa de construção do projeto. Quer dizer, temos os dados do PMH que falam de demanda e tudo mais. De alguma forma, há um dimensionamento da SEHAB pelas demandas dessas áreas. O que acontece? Na definição do Programa de Provisão Habitacional, o que vamos fazer? Há várias formas de atuar. Por enquanto, concebemos duas, mas, na medida em que formos fazer esse trabalho com os movimentos de moradia, coletivos e tudo mais, talvez surjam outras. O que imaginamos? Primeiro, a história dos bairros populares qualificados nos perímetros de ZEIS. Quando olhamos a área central, as manchas de ZEIS são extensas, mas, quando vamos ver detalhe a detalhe, na verdade, aqueles imóveis que nos permitiriam uma atuação imediata, isso é, sem deslocar ninguém, terrenos vagos, não sei o que, não temos um número muito expressivo. Quer dizer, é um número grande? Fizemos uma conta de padaria pegando a área, multiplicando por quatro, não sei o que, e dá um número importante. Acho que é algo em torno de quinze mil unidades, imaginando o que disse: terrenos vagos, subutilizados, que não impliquem em deslocamento de população e tudo mais. Aí, o que imaginamos? Dar incentivos ao incorporar imobiliário para que esses perímetros de ZEIS sejam principalmente produzidos pelo empreendedor privado, respeitando os percentuais estabelecidos que dizem que 60% é Faixa 1, 20% pode ser da Faixa 2, e mais 20% para HMP e HIS. Quer dizer, estamos imaginando de que maneira podemos, mais uma vez, contar com a participação da iniciativa privada nessa provisão habitacional. Em relação à quantidade, acho que ao longo do desenvolvimento do projeto vamos conseguir ter números mais demonstráveis. Quer dizer, a demanda foi levantada, mas o que pode ser esperado desse projeto como meta? Outra coisa que pensamos também é dar incentivos especiais sempre que o retrofit for para o uso habitacional e mais incentivos ainda quando ele for para o uso habitacional de interesse social, para Locação Social. Isso depende de um diálogo com a SEHAB também em relação aos programas que ela venha a estabelecer de Locação Social ou outros. Como eu disse, não estabelecemos as políticas. Isso é uma prerrogativa da Secretaria de Habitação. Participamos subsidiando as ações da SEHAB. A nossa tarefa é encontrar incentivos à produção imobiliária, de forma que o empreendedor privado participe da provisão habitacional de interesse social particularmente para atendimento da Faixa 1. **Sra. Laisa** - Boa tarde. Sou representante da CUT. Primeiro agradecer pelo diagnóstico bastante detalhado, um grande trabalho dos funcionários da prefeitura. E tenho só um questionamento sobre alguns assuntos em relação ao diagnóstico que acho relacionados a esse nosso espaço aqui, enquanto Conselho de Habitação. Um é sobre o levantamento dos cortiços em área central, que sabemos que é um dado bastante difícil. Temos informação de que a prefeitura tem intenção de contratar um censo dos cortiços, só que não temos informação sobre em que pé está isso. Acho que isso seria essencial para subsidiar esse projeto da Operação. Acho que seria importante ou o representante da SEHAB ou os senhores nos informarem em que pé está esse censo. Outra questão é sobre o levantamento detalhado das ocupações. Acho que estamos em um momento bastante latente da discussão das ocupações em área central. Sabemos também que a prefeitura tem feito as vistorias nas ocupações, mas sem dúvida esse é um fator primordial para começar a pensar em qualquer projeto no centro. E a questão dos moradores de rua. Acho que esses três dados são muito importantes termos bastante detalhados nesse diagnóstico. A segunda questão, não sei se os senhores já têm a resposta, mas acho primordial, que é a questão do financiamento. Não sei se já pensaram sobre isso, sobre o modelo de financiamento. **Sra. Rita** - O tempo todo. **Sra. Laisa** - Dificil não pensar. Se o modelo de financiamento vai seguir o usual das outras operações, se vai ser CEPAC, se são outros e quais serão, porque o financiamento é um gargalo histórico. **Sra. Rita** - Exatamente. Censo de cortiços, esse censo é uma lenda. Ele começou em 2004. Contratamos Suzana Pasternak para fazer. Finalmente ele vai sair. Em que pé está, André? Conte para nós, por favor. **Sr. André** - Sou arquiteto da São Paulo Urbanismo. Pertencio à Gerência de Participação Social e essa gerência acompanha as audiências e os encontros dos conselhos gestores das Operações Urbanas. O censo de cortiços está sendo pago com o dinheiro da Operação Urbana Centro. Tivemos uma reunião há um mês e temos uma próxima reunião na segunda-feira que vem, que poderá detalhar com mais precisão de tempo, porque

estou com essa informação de um mês atrasada sobre o censo de cortiços, mas a informação era de que estava no Jurídico da SEHAB para análise; que propostas haviam sido recebidas de algumas entidades. Então, estava nessa análise jurídica e creio eu que pela avaliação que a SEHAB expôs na última reunião do conselho gestor é uma questão de pouquíssimo tempo para que esse censo possa ser contratado e efetivamente aconteça. **Sra. Rita** - Muito provavelmente o nosso primeiro esboço desse projeto vai ficar pronto antes do censo. Isso não significa que não possamos ajustá-lo na medida em que chegarem as novas informações. Mas vamos fazer as duas coisas ao mesmo tempo por conta dos prazos que temos. Bom, já chegamos a assinalar algumas ocupações. Nossos dados são velhos, de 2015, que estão pintadinhos no mapa. Temos os endereços. Tudo isso vamos ter oportunidade de atualizar na elaboração desse projeto. A solução das ocupações ou de qualquer forma de qualificação da moradia subnormal é um pouco essa. Quer dizer, eu, pessoalmente, acho que as pessoas que tiveram algum contato com aquela proposta do projeto Mundaréu da Luz viram a diversidade de modalidades de atendimento que podemos incorporar ao nosso repertório de provisão habitacional, coisas de população flutuante, que vem e fica um período na cidade e, depois, volta. Então, acho que vamos ter oportunidade de refinar isso, de que maneira atuar em cada um. Principalmente, quem está mais ligado a essa questão dos movimentos de moradia já deve ter estruturado melhor as suas demandas e vai poder dar a sua contribuição de forma mais efetiva. Por isso decidimos nessa etapa de elaboração do projeto conversar com os diversos segmentos que vivenciam os problemas, seja na área habitacional, na área do comércio, na área da mobilidade, enfim. O pessoal de SMADS também porque em outras operações urbanas, talvez por não serem na área central, a questão do morador de rua nunca foi abordada. Aqui não poderia deixar de ser. Na área central, e falo como moradora da área central, é onde esse problema revela sua face mais intensa. Então, esse programa tem que ter um olhar para a população moradora de rua. A questão de financiamento. Muito provavelmente, e não digo que não porque ainda estamos em estudo, mas, muito provavelmente, não teremos uma Operação Urbana nessa área com CEPAC, mas teremos o retorno da outorga onerosa. Entendemos que esses vinte anos de vigência da lei foram suficientes; o mercado imobiliário foi incentivado e vimos aqui a produção do número de habitações na área central. Essas habitações não foram direcionadas para a Faixa de Interesse Social. Tudo bem. É perfeito; buscávamos uma retomada da moradia no centro. Isso aconteceu. E acreditamos que o fato dessa gratuidade se extinguir não vai significar que as pessoas não vão edificar mais. Pelo contrário: já ganhou um impulso próprio esse mercado e tem condições de acontecer. Vamos reservar gratuidade para melhorar o equilíbrio econômico da ZEIS 3, para que essa ZEIS 3 possa ser viabilizada com participação do incorporador privado. Hoje de manhã fizemos uma reunião de trabalho, surgiram novas ideias da Rosane, que foi uma aquisição da São Paulo Urbanismo, vindo de SMU, de coisas que podemos sim incentivar a produção imobiliária no âmbito da própria ZEIS ou fora dela, enfim. São mecanismos que estamos estudando e a nossa fonte de arrecadação vai ser principalmente a outorga onerosa. Ela vai ser retomada na área central, muito provavelmente em bases que serão recalculadas e esse vai ser nosso recurso. Qual a diferença da outorga para o CEPAC? A outorga onerosa não é um recurso que chega de uma vez, como é um leilão de CEPACs. Ainda que se cogite em algum momento leilão de outorga, que é uma coisa meio confusa ainda. Mas estamos estudando isso, a possibilidade de disponibilizar potencial construtivo em lotes de forma mais simplificada do que a emissão de CEPAC e tudo mais. Mas, é isso. Eu estava conversando outro dia com o pessoal do Mundaréu da Luz. Os direitos sempre implicam pensar na condição que temos de realizá-los. E acho que o nosso objetivo, da equipe que se debruça sobre esse projeto, é criar um projeto factível, quer dizer, que aquilo que vendemos, consigamos entregar. Então, vai ser um projeto muito aberto. Vamos falar francamente, honestamente, com todos aqueles que vão fazer parte dessa interlocução. **Sr. Aloísio** - Aproveitando a fala do André e a pergunta da Laisa a respeito do censo, uma vez esse contrato estando para análise do Jurídico da SEHAB, proponho a este Conselho que, assim que concluídas essas questões jurídicas da contratação e a finalização desse relatório que foi produzido, que venha ao conhecimento do Conselho para dar ampla divulgação e para se abrir o debate. Ana, a senhora monitora isso para mim? **Sra. Ana Maluf** - Sim. **Sra. Cibeli** - Represento o CREA de São Paulo, sou engenheira. E gostaria de saber se existe a possibilidade de recebermos essa apresentação, porque ela tem um levantamento que acho que vai ser muito interessante para os profissionais de engenharia, para sabermos com relativa antecedência, e autorizada pelos senhores, para onde essa cidade e essa região da cidade devem caminhar. É muito importante para a engenharia do Estado saber essa informação. Se pudermos receber, agradeço. Muito obrigada. **Sra. Rita** - Inclusive, se o CREA quiser uma conversa, participar desses diálogos setoriais, é muito bem-vindo. O IAB estará, enfim. Todo mundo. **Sr. Celso** - Boa tarde. Sou professor da Universidade Mackenzie. Rita, gostaria de fazer duas perguntas. Primeiro se o perímetro da Operação Urbana Centro permanecerá o mesmo. Segundo, existia uma abertura, me parece, de que no limite da Operação Urbana poderia haver um espelhamento e poderíamos ter as mesmas regras para o espelhamento, lotes lineares. Complementando a pergunta da Carmen, naquela região do Bixiga, temos um trecho de ZEIS na região do Humaitá, naquela região próxima à Praça Pérola Byington. Há um conjunto muito grande de ZEIS nessa região. Será que podemos contar com as regras da Operação Urbana também nesse trecho? Porque temos todo um território lá que é um triângulo formado pelo Viaduto Júlio de Mesquita, Brigadeiro Luís Antônio e Ruy Barbosa, e uma presença muito forte de cortiços principalmente na rua Maria José e Conselheiro Ramalho. Então, gostaria de saber se, além do espelhamento aos lotes lineares, também poderíamos nessa área ter alguma prerrogativa da Operação Urbana Centro. **Sra. Rita** - Por favor, podemos achar aquele slide que tem o perímetro proposto? Depois dessa parte de diagnóstico, temos o perímetro de estudo proposto. Começa em hipótese urbanística. Então, temos uma beiradinha ali que incluímos, na Liberdade, que agora acho que pega uma parte da Liberdade, mas na Conselheiro Furtado. O que acontece? Sempre fazemos um trabalho de borda. Quer dizer, não sei vai trabalhar daqueles logradouros para dentro exclusivamente. Particularmente, nessa área da ligação Leste-Oeste, que fragmentou um bairro que era único, então, sempre estudamos formas de conexão dessas áreas. Mesmo ali, na Baixada do Glicério, que tem essas questões, quer dizer, tudo vez que temos esse perímetro, não é fácil dizer que de um lado da calçada é de uma coisa e do outro é de outra. Então, essas costuras, estamos tendo em geral. Não sei se vamos conseguir avançar muito dentro da Bela Vista, mas o que podemos imaginar é conceber propostas de intervenção que tenham esse caráter que disse para a Carmen, um projeto que possa ser replicado, seja na forma de abordagem, seja na forma de incentivos. Vamos ver de que maneira isso caminha, porque esse perímetro, com exceção daquela barriguinha ali em direção à Liberdade, tudo isso está contido na macroárea de estruturação metropolitana. No Projeto Bairros Tamanduateí incluímos um pequeno trecho que está fora dessa área. E trabalhamos com outorga. Como o objetivo é trabalhar com outorga em todo esse perímetro, talvez possamos fazer umas incursões pelo outro lado, de forma a melhorar a conectividade dessas coisas. Mas é algo que vai sendo construído ao longo do desenvolvimento do projeto. **Sra. Ana Maluf** - Gostaria de saber se a Rita nos autoriza disponibilizar essa apresentação no nosso site do Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Rita** - Claro que sim. Vai haver uma versão reduzida desse diagnóstico, que é mais acessível a todos os municípios, e a versão com cinco mil folhas, que foi produzida para aqueles que quiserem se enfonhar um pouco mais. Isso vai ser disponibilizado no site do Gestã Urbana. Mas, desde já, os se-

nhores podem colocar essa apresentação que é uma versão bastante simplificada desse diagnóstico. **Sra. Maria Cecília** - Boa tarde. Sou arquiteta da COHAB. A senhora falou das orlas como um projeto para gerações futuras. Dos projetos estratégicos, a senhora também citou Minhocão, Nova Luz e Arco e não citou o Parque Dom Pedro II, que é justamente a orla de mobilidade, que eu vejo como um projeto para já, não é? É totalmente possível. Ou para ontem, talvez. Obrigada. **Sra. Rita** - Olhe, não fale que eu choro. O Parque Dom Pedro, estávamos olhando hoje cedo. No Parque Dom Pedro acontecem várias coisas. Temos uma proposta de concessão dos terminais, do Terminal Parque Dom Pedro e Mercado. Uma proposta de concessão do próprio mercado, o circuito de compras. Temos um projeto que foi do ano 2005, da gestão Kassab, que ao nosso ver nos parece bastante interessante, do Escritório Una. E nossa tarefa nesse momento é tentar integrar todas essas ações. Por exemplo, por que eu falo das próximas gerações? Porque o trabalho que foi feito no sentido da destruição dos nossos rios não é algo que se desmonta facilmente. Temos essa experiência no Bairros do Tamanduateí onde uma das obras previstas é o destamponamento do Tamanduateí. Para que isso aconteça, precisamos tirar as pistas do Fura Fila de cima deles, jogar para as laterais, desfazer aquele negócio, quer dizer, isso custava cinquenta milhões ou qualquer coisa desse tipo, ou cem milhões. Então, são ações muito custosas e demoram. No Parque Dom Pedro o projeto do Grupo Una, ao qual me referi e ao qual estamos sendo fieis, quanto às diretrizes, ele pressupõe a construção de um túnel para passagem do Corredor Norte-Sul, a demolição dos viadutos. Nesse projeto, se começarmos por essas ações, não vai acontecer nada no Parque Dom Pedro porque a magnitude desses valores, esse túnel custava dois bilhões, quando foi orçado; a demolição dos viadutos só pode acontecer se fizermos as passagens em níveis. Então, tentamos inverter a ordem das coisas, começar pelas coisas fáceis. Por exemplo, uma tentativa – e reforço a palavra tentativa – de aproximar o terminal de ônibus ao terminal de metrô. Os dois sistemas não precisam disso, na verdade, porque ambos atendem principalmente a Zona Leste, mas, com isso, conseguimos liberar uma área de parque acima para que funcione um pouco mais como um parque público na área central. E que se integra melhor à Colina Histórica e que tenha um diálogo melhor entre o Bairro do Brás e o Centro. São tentativas. Então, invertemos a ordem do projeto. Quer dizer, essa apresentação do projeto do Una, do Parque Dom Pedro, se a senhora olhar, a sequência de eventos é justamente oposta ao que vamos fazer, porque nos parece que é mais factível. Não podemos começar com os grandes gastos agora porque efetivamente não há recursos para isso. Quando se olha a orla do Tamanduateí, a APP, Área de Preservação Permanente, que é uma faixa de cinquenta metros a contar da borda do canal, ela está ocupada. Está certo que há muitas áreas que sugerem transformação. Então, temos que esperar que a dinâmica urbana aconteça para que possamos reivindicar essas áreas de preservação permanente. Por isso digo que acho que temos que ser resignados, mas temos uma parte a fazer para que outras gerações avancem nisso. Imaginem qual vai ser a tarefa de melhorar a orla do Tamanduateí? Há uma cena que mostrei aqui que é uma passagem, está a ferrovia passando por cima, aí se tem uma calçada que acho que tem a largura desta mesa e uma pista expressa passando do rio. Aí, ao lado, está, quase soterrada, a Vila Economizadora, que é aquele conjunto de casas. Então, são coisas cuja solução não é imediata. Ela é custosa, não é imediata e temos coisas mais urgentes. Sempre falamos de coisas importantes e urgentes. É importante isso, mas, por exemplo, me parece mais urgente a intervenção na questão habitacional, ou na população moradora de rua. Então, é isso. Vamos nessa toada. **Sra. Maria Cecília** – Acho que a agenda ambiental já está com muito atraso. **Sra. Rita** - Está com muito atraso. É inegável isso, mas temos passos a dar e têm que ser dados. **Sra. Maria Cecília** – Relacionado à escala humana, que a senhora comentou, versus adensamento, aumentar o adensamento de alguns bairros, gostaria que a senhora falasse um pouco sobre isso, como estão imaginando aumentar o adensamento e manter a escala humana. **Sra. Rita** - De uns tempos para cá temos trabalhando com distritos de referência. São espaços da cidade que existem e que têm uma dada fisionomia e um mix de usos que tomamos como referência. Faz alguns anos, desde a Água Branca, que temos usado como mira um bairro de Santa Cecília. É um bairro verticalizado, principalmente as áreas perto da General Olímpio da Silveira, entre a Av. Angélica, Pacaembú, ou mesmo entre a Av. Angélica e Consolação, o Baixo Higiênópolis ou Vila Buarque. São áreas verticalizadas, mas onde se tem uma condição. Por que a densidade é importante? Porque a densidade atrai usos de suporte ao uso residencial. Então, se temos uma densidade tal, temos mais comércio, mais feiras, mais supermercados, mais farmácias. Então, uma densidade tal que favorece a atratividade dos usos de suporte ao uso residencial. Por isso que, embora caiba o dobro das pessoas, não nos comprometemos com essa meta que nos parece exagerada, até porque teria que haver um êxodo na cidade para vir todo mundo para o centro, coisa que não vai acontecer. E mesmo essa densidade meta, se é que vamos conseguir, porque a aceleração do crescimento da população de São Paulo diminuiu muito. Não vamos ter gente nova chegando nisso. O crescimento demográfico é pequeno. Então, essas cento e cinquenta mil pessoas que imaginamos, se vierem a se acomodar, vai ser ao longo de um período de tempo dilatado. Talvez seja mais a questão de dar visibilidade a moradores que já estão aqui, mas são subdimensionados, porque habitam cortiços, estão em ocupações, quer dizer, são pessoas que eventualmente podem não ter sido contadas, mas já estão aqui. Então, acho que principalmente trata-se de melhor acomodar uma população que já existe aqui. **Sra. Maria Cecília** – Por isso fiquei na dúvida, porque a senhora falou em aumentar o adensamento. **Sra. Rita** - Porque essa população que o João Bosco somou é a população que é medida. Há um conjunto de pessoas que é invisível, embora essas pessoas estejam presentes ali. Talvez seja mais o caso de dar endereço a essas pessoas. **Sr. Aloísio** – Rita, os senhores têm um calendário de audiências públicas para discutir sobre o PIU Central? O André me informou que a próxima reunião será amanhã, às 14h, na Associação Comercial de São Paulo. **Sr. André** - Vai ser aqui, no prédio, com a Associação Comercial. **Sr. Aloísio** - Aqui, no prédio, com a Associação Comercial. Ok. E o calendário dos senhores está disponível no site? **Sr. André** - No site da Operação Urbana, dentro da Operação Urbana Centro. **Sr. Aloísio** – Para quem quiser participar das audiências, há uma inscrição? **Sra. Rita** - Não há. Nesse momento não são audiências públicas. São diálogos setoriais. Então, estamos falando com movimentos de moradia, com associações. Isso não são audiências públicas. É um levantamento de demandas e propostas e problemas de segmentos específicos que se expressam no centro, se utilizam do centro e têm demandas a fazer, que esse projeto pode responder. Então, não é uma audiência pública. Essa audiência pública deve acontecer por volta de outubro, quando tivermos construído com todos esses interlocutores uma versão previa desse projeto, que aí vamos começar essa discussão ampliada. O que entendemos? Na verdade, estamos falando com segmentos, movimentos e associações que têm representatividade. Então, nessa fase de construção do projeto, estamos preferindo tratar com esses núcleos que se reúnem em torno de temas específicos. Então, não há inscrição. **Sr. Aloísio** – Em qual sala será realizada a reunião? **Sra. Rita** - É uma sala pequena. Não é audiência pública. Não pode vir. A menos que tenha a ver com a Associação Comercial. Mas entidades que desejem apresentar propostas podem se inscrever com a Patrícia ou com o André Ramos e aí agendamos uma conversa específica. Tudo bem? Esse número de diálogos será o número que tiver que ser. Podem ser demandadas essas reuniões, mas cada uma vai ser para tratar de uma coisa. **Sr. Aloísio** – Para finalizar, quero comunicar aos senhores a nova data da eleição do Conselho Municipal de Habitação. Temos a nossa arte pronta. Ficou para o dia 1º de julho. Peço a todos que participem, que divulguem, que os movimentos que estão participando do

processo eleitoral se articulem. Vamos exercer nossa cidadania. Agradeço a participação de todos, de todos os conselheiros e de todos no auditório. E agradeço também a colaboração de todos os servidores envolvidos aqui, com a reunião. Muito obrigado. Sessão encerrada. (Encerram-se os trabalhos)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P/Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
MP COMERCIO DE PROD MEDI- COS LTDA	6210.2018/0004238-6	- DISPENSA 2057

DESPACHO - RETIFICAÇÃO DO DESPACHO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL - CIDADE DE SÃO PAULO.

DESPACHO
O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

I - Fica retificado o despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 20/07/2018, página 94.

Onde se lê:

Processo nº 6210.2018/0003410-3 - LEIA-SE

Processo nº 6210.2018/0000863-3 -

SAÚDE

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DISVAT / NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR

Processo Administrativo

O Núcleo de Vigilância dos Riscos à Saúde do Trabalhador, de acordo com o dispositivo na Lei Municipal 13.725/04, art. 1º Inciso IV, art. 149, torna público os seguintes procedimentos administrativos relativo à infração sanitária:

Auto de Imposição de Penalidade

Processo nº/Estabelecimento/Endereço/Nº do Auto/Penalidade

2018-0.056.116-0 / Restaurante Kiloliba Ltda/ R. Ferreira de Araujo, 490 – Pinheiros, SP/SP / Série H-025812 / ADVERTÊNCIA

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

SUPERVISÃO DE FINANÇAS-COORDENADORIA DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO

Fica(m) convocada(s) a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) a retirar(em) a(s) Nota(s) de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação, na Unidade de Contabilidade, localizada na Rua SILVA BUENO, 821 - Ipiranga, no horário das 9:00 às 14:00 horas. A(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar cópias autenticadas do CNPJ, CADIN, CND-INSS, FGTS, Certidão de Regularidade com os tributos municipais ou declaração.

EMPRESAS	PROCESSO	NOTA DE EMPENHO
KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA	6018.2018/0012032-4	72.367/2018
EPP		
C.T.E.A. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	6018.2018/0016029-6	72.136 e 72.161/2018

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6018.2018/00017990-6

I. À vista do noticiado no presente expediente, nos termos da manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho, **RETIRARATIFICO** o Despacho, docto. SEI nº 9260976, publicado no DOC de 29/06/2018, pág. 105, para registrar que o nº correto da dotação orçamentária onerada é 84.10.10.301.30 03.2.509.3.0.30.00.02, e para incluir menção às sanções administrativas incidentes, na hipótese de inadimplemento contratual: "Sem prejuízo das sanções administrativas e penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Municipal nº. 13.278/02, em caso de inadimplemento a contratada estará sujeita as seguintes penalidades: I. Multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da proposta pela não retirada da nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis da data da convocação, até o limite máximo até 15 dias corridos, quando se caracterizará a inexecução total; II. Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por atraso em relação ao prazo estabelecido, incidente sobre a parcela entregue fora do prazo, até o limite máximo até 15 dias corridos, quando se caracterizará a inexecução total; III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pela inexecução parcial do ajuste, incidente sobre a parcela não executada; IV. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, na ocorrência de problemas técnicos relacionados com o objeto da contratação; V. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, pela inexecução total do ajuste. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras; VI. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma". Ficam inalteradas as demais disposições.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR SUDESTE (MOOCA) DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste (Mooça), de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 13.725 de 09/01/04, artigos 1º, inciso IV, 140, 145 e 149, torna públicos os seguintes despachos e procedimentos administrativos relativos a infração sanitária:

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Proc. nº / Nome ou Razão Social/Endereço/Série-nº do Auto de Imposição de Penalidade/Penalidade

2017-0.077.788-9 / GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A. / Av. Amador Bueno da Veiga, 2709 – Penha – SP / Auto de Infração – Série H / nº 006076 / Auto de Imposição de Penalidade Série H nº 019535 / Penalidade : ADVERTÊNCIA.